

**HISTÓRIA DO
CONHECIMENTO E A
REFORMA PROTESTANTE:
UMA ANÁLISE DAS
ESTRUTURAS DE
INFLUÊNCIA EM “O
APARECIMENTO DO
LIVRO”, DE LUCIEN FEBVRE
E HENRI-JEAN MARTIN**

**HISTORY OF KNOWLEDGE AND THE PROTESTANT REFORMATION: AN
ANALYSIS OF STRUCTURES OF INFLUENCE IN “THE COMING OF THE
BOOK”, BY LUCIEN FEBVRE AND HENRI-JEAN MARTIN**

Ciências Humanas • 24/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/792634031](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/792634031)

Fabrício Santana Oliveira Santos¹

Rafael Bianchini Glavam²

RESUMO

O presente artigo analisa as transformações nas infraestruturas do conhecimento e suas relações com a reconfiguração das estruturas de influência e das autoridades epistêmicas no contexto da Reforma Protestante. A investigação utiliza o Modelo Analítico das Estruturas de Influência, desenvolvido em estudos anteriores, tendo como referência histórica principal a obra *O aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter histórico-interpretativo, examinando sete dimensões das infraestruturas do conhecimento: simbólica, material, técnica, institucional-organizacional, econômica, de circulação e linguística e comunicacional. A análise identifica transformações anteriores e posteriores ao início da Reforma, associadas à emergência de estruturas protestantes concorrentes, à reorganização da estrutura católica e ao fortalecimento progressivo da estrutura político-estatal. Observa-se, ainda, a reconfiguração das autoridades epistêmicas e repercussões sobre a organização jurídica, educacional e institucional. Conclui-se que o processo histórico examinado oferece elementos para sustentar a pertinência do modelo analítico, sem estabelecer relações causais uniformes ou pressupor efeitos equivalentes nos diferentes territórios reformados.

Palavras-chave: Sociologia do conhecimento; Reforma Protestante; Infraestruturas do conhecimento; Estruturas de influência; Autoridade epistêmica.

ABSTRACT

This article analyzes transformations in knowledge infrastructures and their relationships with the reconfiguration of structures of influence and epistemic authorities in the context of the Protestant Reformation. The investigation applies the Analytical Model of

Structures of Influence, developed in previous studies, taking Lucien Febvre and Henri-Jean Martin's *The Coming of the Book* as its main historical reference. It adopts a qualitative, bibliographic, and historical-interpretive approach, examining seven dimensions of knowledge infrastructures: symbolic, material, technical, institutional-organizational, economic, circulation, and linguistic and communicational. The analysis identifies transformations preceding and following the beginning of the Reformation, associated with the emergence of competing Protestant structures, the reorganization of the Catholic structure, and the progressive strengthening of the political-state structure. It also identifies the reconfiguration of epistemic authorities and repercussions for legal, educational, and institutional organization. The study concludes that the historical process examined provides elements supporting the relevance of the analytical model, without establishing uniform causal relationships or assuming equivalent effects across different Reformation territories.

Keywords: Sociology of knowledge; Protestant Reformation; Knowledge infrastructures; Structures of influence; Epistemic authority.

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Protestante constituiu um importante processo de transformação religiosa, intelectual e institucional na Europa, desenvolvido em um contexto de mudanças nas condições de produção, validação e circulação do conhecimento. A expansão da imprensa, a multiplicação dos livros e a difusão de textos em línguas vernáculas ampliaram as possibilidades de comunicação e contestação doutrinária. Essas transformações, entretanto, não foram inauguradas pela Reforma, tampouco resultaram na

substituição imediata das instituições e práticas anteriormente existentes.

Em *O aparecimento do livro*, Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1992) examinam as transformações relacionadas à produção e à circulação dos livros, destacando suas dimensões técnicas, econômicas, institucionais e culturais. A obra permite observar como a imprensa foi utilizada tanto na contestação de autoridades religiosas quanto na difusão de diferentes interpretações doutrinárias, em um processo que envolveu permanências, adaptações e concorrência entre instituições.

O presente artigo propõe analisar esse processo a partir do Modelo Analítico das Estruturas de Influência, desenvolvido em estudo anterior sobre as relações históricas entre conhecimento e poder. Fundamentado, entre outras contribuições, na concepção foucaultiana de poder-saber, o modelo considera que as transformações nas formas de produção e legitimação do conhecimento não são socialmente neutras, pois se relacionam com disputas de poder, mecanismos de controle e diferentes formas de organização social.

O estudo envolve a aplicação de um modelo interpretativo e a proposição de que transformações nas infraestruturas do conhecimento tendem a afetar as estruturas de influência e podem contribuir para a reconfiguração das autoridades epistêmicas. Seus efeitos, contudo, ultrapassam o campo da validação do saber, podendo alcançar instituições, relações de poder, práticas sociais, mecanismos de legitimidade e visões de mundo. Busca-se, assim, identificar padrões dessas transformações no contexto da Reforma

Protestante, considerando suas permanências, disputas e reconfigurações.

A análise considera a estrutura católica, as universidades e a estrutura político-estatal no período anterior à Reforma Protestante, examinando, posteriormente, a emergência de uma nova estrutura de influência. A partir das evidências apresentadas por Febvre e Martin, investiga-se como as transformações nas infraestruturas do conhecimento contribuíram para a reorganização das relações de poder, autoridade e legitimidade, em um processo marcado por permanências, disputas e reconfigurações institucionais. Não se pretende reconstruir exhaustivamente a história da Reforma, mas identificar padrões estruturais que contribuam para a compreensão sociológica das relações entre conhecimento e poder.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As relações entre conhecimento, poder e legitimidade constituem um dos eixos fundamentais da sociologia do conhecimento. A concepção foucaultiana de poder-saber permite compreender que os processos de produção e validação do conhecimento estão relacionados às disputas de poder e aos mecanismos sociais de legitimação. Conforme Foucault (2002, p. 51), “por trás de todo o saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é a luta de poder. O poder político não está ausente de saber, ele é tramado com o saber”. Essa perspectiva permite examinar a produção do conhecimento para além de seus aspectos técnicos e intelectuais, considerando também as relações de poder, os interesses e as disputas sociais que atravessam esse processo, especialmente quando há mudanças na forma como o conhecimento é produzido e validado socialmente.

Nesse sentido, o presente estudo examina as condições de produção, circulação e validação do conhecimento religioso antes e durante a Reforma Protestante, tomando como referência principal a obra *O aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1992). A contextualização histórica da Reforma Protestante apoia-se em Collinson (2006) e na obra de Febvre e Martin (1992), enquanto a análise das repercussões jurídicas utiliza as contribuições de Witte Jr. (2016), Dominiak (2022) e Hamza (2024).

A investigação utiliza o Modelo Analítico das Estruturas de Influência, desenvolvido por Santos (2026) e posteriormente aplicado ao estudo das instituições jurídicas descritas por Fustel de Coulanges (Santos; Glavam; Souza, 2026). O modelo parte da distinção entre infraestrutura do conhecimento e estruturas de influência, conforme estabelecido em sua formulação original:

Etimologicamente, a palavra estrutura deriva do latim structura, associada à ideia de organização, disposição e articulação de elementos em um conjunto relativamente estável. Já infraestrutura, formada pelo prefixo latino infra (“aquilo que está abaixo”) e por structura, refere-se às bases que sustentam determinado sistema e permitem seu funcionamento ao longo do tempo.

Em sentido sociológico amplo, estruturas de influência correspondem ao conjunto institucional, simbólico e organizacional que, em determinado contexto histórico, exerce influência predominante sobre os modos de produção, validação e circulação do saber. Tais estruturas tendem a conferir autoridade epistêmica, alterar relações de poder, influenciar formas de trabalho, ensino e transmissão do conhecimento, além de moldar instituições, visões de mundo, mecanismos de legitimidade social e modelos de compreensão da realidade.

Enquanto a estrutura corresponde ao conjunto socialmente visível dessas formas de organização e influência, a infraestrutura refere-se aos elementos fundamentais que sustentam seu funcionamento. (Santos, 2026, p. 14-15).

Outro conceito fundamental para a aplicação do modelo é o de autoridade epistêmica, cuja definição foi explicitada no estudo sobre as transformações institucionais descritas por Fustel de Coulanges:

A autoridade epistêmica pode ser definida como a capacidade socialmente reconhecida de produzir, interpretar e validar conhecimento. Ela responde às seguintes perguntas, relacionadas a alguns dos pilares da governança do conhecimento: quem pode produzir conhecimento reconhecido como válido? Quem pode interpretá-lo e aplicá-lo com autoridade? Quem pode legitimar ou contestar esse conhecimento? Quais instituições detêm o poder de definir quais saberes são socialmente reconhecidos como legítimos? (Santos; Glavam; Souza,, 2026, p. 8).

A utilização dessas categorias aproxima-se do conceito weberiano de tipo ideal, entendido como instrumento analítico para a interpretação de fenômenos sociais. Conforme Giddens (2012, citado por Reinert, 2021, p. 113), os tipos ideais são “modelos conceituais ou analíticos que podem ser usados para entender o mundo”. Nesse sentido, a aplicação do Modelo Analítico das Estruturas de Influência ao contexto histórico da Reforma Protestante busca identificar e examinar transformações nas infraestruturas do conhecimento, considerando o pressuposto teórico de que tais mudanças tendem a afetar as estruturas de influência e podem contribuir para a reconfiguração das autoridades epistêmicas.

3. METODOLOGIA

O presente artigo adota como procedimento metodológico a aplicação do Modelo Analítico das Estruturas de Influência (Santos, 2026) ao estudo das transformações históricas relacionadas à Reforma Protestante, tomando como referência principal a obra *O aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1992). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e

caráter histórico-interpretativo, desenvolvida por meio de um exercício hermenêutico de confrontação entre o modelo teórico e os processos históricos examinados.

A operação analítica consiste em empregar os conceitos de infraestrutura do conhecimento, estruturas de influência e autoridade epistêmica como categorias de interpretação do contexto histórico, examinando as infraestruturas do conhecimento em sete dimensões: simbólica, material, técnica, institucional-organizacional, econômica, de circulação e linguística/comunicacional.

A investigação desenvolve-se em duas etapas. Inicialmente, busca identificar e examinar as condições de produção, validação e circulação do conhecimento antes e durante a Reforma Protestante, considerando as transformações observadas nas dimensões selecionadas. Posteriormente, analisa as possíveis repercussões dessas mudanças sobre as estruturas de influência e a distribuição da autoridade epistêmica, com especial atenção às instituições religiosas, universitárias e político-estatais, bem como às estruturas protestantes emergentes.

Metodologicamente, o estudo constitui um exercício teórico-analítico de interpretação histórica, sem coleta de dados primários. Seu propósito não é estabelecer relações causais necessárias ou generalizáveis, mas examinar a capacidade explicativa do modelo diante de um contexto histórico específico, considerando as permanências, disputas e particularidades institucionais do período.

4. AS INFRAESTRUTURAS DO CONHECIMENTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA REFORMA PROTESTANTE

A aplicação do Modelo Analítico das Estruturas de Influência ao contexto da Reforma Protestante exige identificar os elementos que sustentavam a produção, a conservação, a circulação e a validação do conhecimento religioso. Para essa finalidade, a investigação distingue sete dimensões das infraestruturas do conhecimento, consideradas categorias operacionais de interpretação histórica: simbólica, material, técnica, institucional-organizacional, econômica, de circulação e linguística e comunicacional.

A análise considera dois momentos históricos: as condições anteriores à Reforma Protestante, especialmente entre os séculos XIII e o início do XVI, e as transformações observadas durante sua expansão e consolidação ao longo do século XVI. A comparação não pressupõe a substituição integral das infraestruturas existentes, mas busca identificar, primeiramente, padrões de organização e funcionamento e, posteriormente, continuidades, mudanças e disputas relacionadas à sua utilização e ao seu controle.

4.1. Infraestrutura Simbólica

A dimensão simbólica compreende crenças, doutrinas, valores e referenciais interpretativos que constituem sistemas de significados e orientam o reconhecimento de determinados saberes como legítimos. No contexto anterior à Reforma Protestante, a religião cristã ocupava posição central na organização da vida intelectual europeia, influenciando as formas de produção, interpretação e transmissão do saber. Febvre e Martin (1992, p. 99) descrevem essa realidade ao examinarem a importância das representações religiosas:

Nesses tempos em que a religião era o centro de toda vida intelectual e espiritual, em que a Igreja ocupava um lugar tão grande, em que toda cultura era essencialmente oral, o emprego de um processo gráfico permitindo multiplicar as imagens religiosas revelava-se bem mais necessário que a imprensa.

A centralidade religiosa também se manifestava na produção editorial, inclusive após a introdução da tipografia. Febvre e Martin (1992, p. 347) identificam que aproximadamente 45% dos livros impressos antes de 1500 correspondiam a textos religiosos. Esse predomínio evidencia que a inovação técnica não produziu uma ruptura imediata com os referenciais simbólicos existentes. Pelo contrário, a própria imprensa foi incorporada aos mecanismos religiosos de legitimação, chegando a ser qualificada como “arte divina” pelo arcebispo de Mogúncia, conforme registrado pelos autores (1992, p. 264).

Durante a Reforma Protestante, a infraestrutura simbólica passou a comportar disputas mais intensas entre interpretações religiosas concorrentes. A circulação de escritos reformadores ampliou as possibilidades de contestação das autoridades eclesiásticas e de difusão de novas orientações confessionais. Sobre essas condições, os pesquisadores esclarecem: “daí em diante, as impressoras alemãs trabalham sobretudo na multiplicação de panfletos e escritos de propaganda publicados na língua do país. Aparece uma literatura de combate que os vendedores ambulantes não param de divulgar (Febvre; Martin, 1992, p.283).”

A transformação simbólica, entretanto, não correspondeu à substituição da estrutura católica por uma protestante. A Igreja

Católica também reorganizou seus mecanismos de produção e transmissão doutrinária, especialmente após o Concílio de Trento. Os historiadores interpretam que “a decisão tomada no Concílio de Trento de unificar e de rever o texto dos livros litúrgicos para torná-los próprios ao uso romano favorece a renovação da edição católica” (Febvre; Martin, 1992, p. 284).

A passagem evidencia que as disputas confessionais não produziram apenas novas interpretações religiosas, mas também respostas institucionais destinadas à reafirmação e à padronização dos conhecimentos reconhecidos como legítimos. Sob a perspectiva do Modelo Analítico das Estruturas de Influência, observa-se que a transformação da infraestrutura simbólica envolveu tanto a emergência de referenciais concorrentes quanto a reorganização dos mecanismos tradicionais de legitimação, contribuindo para a disputa pela autoridade epistêmica religiosa.

4.2. Infraestrutura Material

A dimensão material compreende os suportes físicos necessários ao registro, à conservação e à disponibilização do conhecimento, incluindo pergaminhos, papel, manuscritos e livros. Antes da Reforma Protestante, uma transformação importante foi a expansão do uso do papel, que modificou as condições de fabricação e comercialização dos livros. A obra histórica apresenta uma descrição significativa desse processo:

A inovação deve todavia ser mencionada, pois teve importantes repercussões na fabricação e nos preços dos livros: queremos falar do aparecimento do papel, que, evidentemente, não vai substituir o pergaminho, longe disso, mas ajudá-lo, revezar-se com ele e permitir, ao lado da produção de luxo ou de meio-luxo, a introdução de livros menos caros no mercado (Febvre; Martin, 1992, p. 56).

A passagem destaca que a transformação material não ocorreu mediante a substituição imediata dos suportes existentes, mas pela coexistência de materiais que possibilitavam diferentes condições de produção. A importância dessa mudança tornou-se ainda mais evidente com o desenvolvimento da tipografia, cuja expansão dependia da disponibilidade de papel. Febvre e Martin (1992, p. 76) descrevem essa relação:

O que chamamos “a indústria tipográfica” – com uma expressão que justifica para nós a mecanização da imprensa a partir do início do século XIX – era, desde seu nascimento sob a forma de artesanato, tributário de uma matéria-prima sem a qual nada seria possível em seu campo: queremos dizer o papel.

A consolidação dessa infraestrutura material também envolveu a articulação entre diferentes atividades produtivas. O fornecimento de papel passou a constituir uma condição fundamental para a reprodução de livros, estabelecendo relações de dependência entre setores econômicos que antecederam a Reforma Protestante. Como sintetizam os autores (1992, p. 90): “a relação entre a indústria do papel e a indústria do livro se torna, portanto, muito próxima; a prosperidade de uma depende da prosperidade da outra.”

Considerando essa dinâmica, a expansão do uso do papel evidencia como as transformações na infraestrutura material do conhecimento podem repercutir sobre outras dimensões. A disponibilidade de um suporte menos oneroso, associada ao desenvolvimento da tipografia, contribuiu para reduzir os custos de produção dos livros, criando condições tanto para a ampliação das margens de lucro dos produtores quanto para a oferta de exemplares a preços mais acessíveis. Essas mudanças favoreceram a ampliação da circulação dos textos e transmissão do conhecimento, constituindo condições materiais importantes para a difusão de diferentes interpretações religiosas durante a Reforma Protestante.

4.3. Infraestrutura Técnica

A dimensão técnica compreende os métodos e procedimentos empregados no registro, na reprodução e na multiplicação do conhecimento em diferentes suportes. Antes da introdução da imprensa, a reprodução de manuscritos já envolvia métodos organizados de trabalho e mecanismos de controle textual. Nas universidades medievais, destacava-se o sistema da *pecia*, pelo qual exemplares previamente verificados eram disponibilizados para reprodução mediante remuneração. Nesse período:

A universidade organizou um sistema muito engenhoso de empréstimo de manuscritos controlados e cuidadosamente revistos, a partir do qual podiam ser feitas cópias por uma remuneração determinada ("taxada"). O manuscrito de base, "o exemplar", voltava, após feita a cópia, ao stationarius, e este último podia, então, alugá-lo novamente (Febvre; Martin, 1992, p. 62).

Esse procedimento demonstra que a reprodução do conhecimento já se encontrava associada à organização do trabalho e à verificação dos textos, permitindo que diferentes cópias fossem produzidas a partir de uma referência comum.

A especialização também estava presente nas oficinas responsáveis pela fabricação dos chamados *livros de horas*, obras de devoção cristã destinadas especialmente à oração privada dos leigos, frequentemente ilustradas e organizadas segundo as horas canônicas. Sua produção envolvia atividades especializadas, como cópia, ornamentação e encadernação. Febvre e Martin (1992, p. 71) registram: “a indústria do livro de horas, por sua vez, ocupava exclusivamente certas oficinas especializadas – lá também, lá sobretudo, engenhosos métodos de divisão do trabalho permitiam ganhar tempo e executar uma verdadeira produção em série.”

A passagem evidencia que a divisão do trabalho e a produção seriada antecederam a imprensa, embora permanecessem condicionadas às técnicas de reprodução manuscrita. A introdução da tipografia, em meados do século XV, representou uma transformação significativa dessa infraestrutura, ao possibilitar a multiplicação de exemplares mediante procedimentos de impressão. Febvre e Martin (1992, p. 105) identificam os elementos fundamentais dessa inovação: “a técnica da impressão manual pode ser reduzida a três elementos essenciais: os caracteres móveis em metal fundido, a tinta espessa e a prensa.”

A combinação desses instrumentos modificou as condições de reprodução dos textos, permitindo reutilizar caracteres na composição de diferentes páginas e produzir múltiplos exemplares a partir de uma mesma composição. Durante a Reforma

Protestante, a transformação técnica prosseguiu sobretudo pela expansão e reorganização da atividade tipográfica. Em Wittenberg, o desenvolvimento das oficinas esteve associado à presença da universidade e à publicação dos escritos de Lutero, o que foi destacado pelos pesquisadores:

O estabelecimento de uma universidade nessa cidade, em 1502, havia atraído, em 1508, o tipógrafo Johann Rhau-Grünenberg; foi ele que publicou, em 1516, os primeiros escritos de Lutero e, sem dúvida, em 1517, suas famosas teses sobre as indulgências. A partir de então, a imprensa não para de se desenvolver em Wittenberg (Febvre; Martin, 1992, p. 283).

A expansão da infraestrutura técnica também ocorreu em outros centros vinculados à Reforma. Em Genebra, a disponibilidade de trabalhadores especializados, a presença de fábricas de papel e a concentração de impressores favoreceram o desenvolvimento da atividade editorial. Febvre e Martin (1992, p. 284) descrevem essa transformação:

Perto de Lyon, em Genebra, região na qual a mão de obra é disciplinada e menos exigente e as fábricas de papel em pouco tempo são numerosas, Calvino cria, como Lutero em Wittenberg, um centro de edição, refúgio de grandes impressores; bem cedo, os próprios companheiros, que não têm trabalho em Lyon, tomam o caminho de Genebra.

Sob a perspectiva de mudanças, a infraestrutura técnica passou por transformações sucessivas, desde a organização dos procedimentos manuscritos até a introdução e expansão da tipografia. Durante a

Reforma, a multiplicação das oficinas e sua concentração em novos centros editoriais ampliaram a capacidade de reprodução dos escritos religiosos, favorecendo sua disponibilização em maior escala.

Essa transformação, contudo, não representou apenas um aumento quantitativo da produção, mas também uma mudança nas condições de transmissão do conhecimento, pois permitiu que grupos religiosos emergentes desenvolvessem capacidades próprias de reprodução textual, anteriormente mais dependentes dos circuitos tradicionais. A ampliação da capacidade de reprodução dos textos permitiu que diferentes grupos religiosos produzissem e difundissem suas interpretações em maior escala, reduzindo a dependência dos centros tradicionais de produção do conhecimento religioso.

4.4. Infraestrutura Institucional-Organizacional

A dimensão institucional-organizacional compreende as formas de organização, coordenação e manutenção das atividades relacionadas à produção, conservação, reprodução e transmissão do conhecimento. Antes da Reforma Protestante, essas atividades estiveram historicamente concentradas nas instituições eclesiásticas, especialmente nos mosteiros, que desempenharam papel fundamental na preservação e reprodução dos manuscritos. Conforme observado por Febvre e Martin (1992, p. 55):

Durante os sete séculos que decorreram desde a queda do Império Romano até o século XII, foram realmente os mosteiros e, acessoriamente, o conjunto dos outros estabelecimentos eclesiásticos que conservaram o monopólio quase integral da cultura livresca e da produção do livro.

Com o desenvolvimento das universidades medievais, especialmente a partir do século XII, a organização do conhecimento passou a envolver outros agentes, incluindo livreiros e copistas vinculados às atividades universitárias, o que foi descrito pelos autores:

Pouco a pouco formou-se, assim, em cada centro universitário, uma verdadeira corporação de profissionais do livro, clérigos ou bem frequentemente leigos (os livreiros eram leigos, os copistas ou “escritores” muitas vezes clérigos) que foram logo considerados como parte da universidade das quais eram os suppots (Febvre; Martin, 1992, p. 61).

Essa transformação ampliou os espaços institucionais de produção e reprodução textual, sem eliminar as atividades desenvolvidas pelas instituições religiosas. Posteriormente, a expansão da tipografia intensificou essa descentralização, criando condições aproveitadas pelos movimentos reformadores.

Durante a Reforma, a reprodução e distribuição de escritos protestantes tinha grande proporção, período com “oficinas inumeráveis que espalham os escritos de Lutero às centenas de milhares: traduções e sermões, obras de edificação e de polêmica

que não cessam de copiar e de imprimir para as cidades que aderiram à Reforma” (Febvre; Martin, 1992, p. 283).

A Igreja Católica também reorganizou suas instituições no contexto da Contrarreforma, ampliando atividades de ensino, conservação e produção editorial. Febvre e Martin (1992, p. 285) destacam:

A ação dos jesuítas, que multiplicam os colégios em toda a Europa e que favorecem a criação de impressoras junto a seus colégios, o estabelecimento em toda a Europa católica de numerosos conventos que se esforçam para constituir bibliotecas, a renovação da religiosidade popular, que é acompanhada do aparecimento de uma literatura piedosa – tudo isso favorece o desenvolvimento da edição religiosa.

Em síntese, a descentralização institucional, iniciada antes da Reforma, ampliou a participação de diferentes agentes na reprodução e transmissão do conhecimento. Essa transformação favoreceu posteriormente a expansão protestante, enquanto a Igreja Católica, em um contexto de Contrarreforma, reorganizou suas atividades de ensino e produção editorial, destacando-se a atuação dos jesuítas na criação de colégios e na ampliação da infraestrutura de reprodução do conhecimento religioso.

4.5. Infraestrutura Econômica

A dimensão econômica compreende os recursos financeiros, os mecanismos de financiamento e as relações comerciais que sustentam a produção e a circulação do conhecimento. Antes da Reforma Protestante, a expansão da tipografia já havia estabelecido novas exigências de investimento, especialmente para a aquisição

de equipamentos, matérias-primas e manutenção das oficinas. A investigação histórica demonstrou que “para poder empreender a edição de uma impressão de alguma importância, era preciso, assim, dispor de um capital bastante elevado” (Febvre; Martin, 1992, p. 194).

Entre os custos de uma grande produção, o papel representava uma despesa significativa, condicionando o volume das tiragens e os investimentos necessários à atividade editorial. Os historiadores (1992, p. 195) registram: “ora, o preço de uma resma de papel varia nessa época, segundo as qualidades, entre dez e trinta soldos. A compra das quantidades de papel necessárias a uma impressão representava, pois, uma parte importante da despesa total.”

Embora a expansão do uso do papel tenha contribuído para tornar os livros menos caros, isso não significava que sua aquisição representasse uma despesa reduzida para os impressores. A produção de múltiplos exemplares exigia a compra antecipada de quantidades consideráveis dessa matéria-prima, tornando elevado o investimento para grandes produções e sujeitando os produtores aos riscos da comercialização.

Essas condições favoreceram a participação de financiadores que assumiam os riscos comerciais e influenciavam as decisões editoriais. Nesse contexto, “o comanditário – o capitalista – intervém para desempenhar um papel essencial. É ele que suporta os riscos das empresas, é ele que se encarrega de escoar a produção e é ele, frequentemente, que escolhe os textos a ser editados” (Febvre; Martin, 1992, p. 201).

A expansão do mercado editorial também modificou as relações econômicas entre autores e editores, ao ampliar as possibilidades de remuneração pela comercialização das obras. Febvre e Martin (1992, p. 251) registram que o ofício de autor, no sentido moderno, nasceu com a imprensa, e que o reconhecimento jurídico de uma “propriedade literária” do autor sobre sua obra ocorreu gradualmente (Febvre; Martin, 1992, p. 255).

A Igreja Católica e os príncipes católicos também mobilizaram recursos financeiros para promover suas próprias edições, combinando interesses doutrinários e econômicos. No contexto da Contrarreforma, “grandes editores, mantidos pela Igreja ou pelos príncipes católicos, obtêm o monopólio da edição dessas obras e podem assim desenvolver consideravelmente seus negócios” (Febvre; Martin, 1992, p. 284).

Entretanto, a expansão editorial não ocorreu em condições econômicas permanentemente favoráveis. Febvre e Martin (1992, p. 177) identificam essa transformação: “a partir de 1550, contudo, a edição começa a sentir os efeitos do movimento de elevação dos preços que afeta a economia europeia. Prepara-se uma crise que vai marcar a segunda parte do século XVI.”

A análise da infraestrutura econômica demonstra que os recursos financeiros, os mecanismos de financiamento e as relações comerciais não apenas sustentavam a produção e a circulação do conhecimento, mas também influenciavam quais textos seriam publicados e difundidos. A participação dos financiadores na seleção das obras revela, assim, que interesses econômicos também interferiam nas possibilidades de circulação das diferentes

interpretações religiosas, favorecendo determinadas publicações em detrimento de outras.

4.6. Infraestrutura de Circulação

A dimensão de circulação compreende os canais e agentes responsáveis pela distribuição do conhecimento. Antes da Reforma Protestante, a comercialização de livros já envolvia redes organizadas, incluindo agentes encarregados de identificar compradores e ampliar os mercados editoriais. Febvre e Martin (1992, p. 320) revelam que: “o primeiro método ao qual se recorreu nesse domínio foi o dos “agentes”. Os primeiros impressores de imediato encarregaram homens de confiança para operar o que se poderia chamar a prospecção da clientela.”

As feiras também constituíam importantes espaços de comercialização, posteriormente utilizados para a distribuição de publicações protestantes. Segundo os autores:

Essas feiras são, é evidente, antes de tudo, o mercado internacional dos livros em latim e da edição católica. Mas também, sobretudo no século XVI, continuam a ser um ponto de encontro dos livreiros protestantes onde os de Lyon, Strasbourg, Genebra e Basileia encontram os livros reformados alemães de Wittenberg e de Leipzig (Febvre; Martin, 1992, p.332).

Durante a Reforma, a circulação de escritos religiosos também se intensificou pela atuação de vendedores ambulantes, responsáveis pela distribuição de panfletos e textos de contestação. Febvre e Martin (1992, p. 335) descrevem sua participação:

Desempenharam, sobretudo no início da Reforma alemã, um papel extremamente importante, disseminando por toda parte panfletos católicos e sobretudo protestantes – particularmente os ataques contra Roma e o papado destinados a solapar o prestígio e a autoridade do clero.

Conclui-se, portanto, que os reformistas aproveitaram redes comerciais anteriormente estabelecidas e ampliaram sua utilização na difusão de interpretações religiosas concorrentes. A circulação dos escritos passou, assim, a constituir um mecanismo importante na disputa pela autoridade religiosa, ao permitir que a contestação ultrapassasse os centros tradicionais de produção do conhecimento.

4.7. Infraestrutura Linguística e Comunicacional

A dimensão linguística e comunicacional compreende os idiomas, os sistemas de escrita e as formas de expressão utilizados na produção e transmissão do conhecimento. Antes da Reforma Protestante, o latim predominava na produção editorial europeia, constituindo uma língua comum à circulação internacional dos textos. A pesquisa de Febvre e Martin (1992, p. 346) demonstrou que: “na massa dos livros impressos antes de 1500, que se concordou chamar incunábulo, há uma proporção enorme de livros em latim: 77% do total aproximadamente.”

A predominância do latim, no entanto, não impedia a circulação de obras em línguas vernáculas, cuja utilização se ampliou com o desenvolvimento da atividade editorial. Durante a Reforma, a publicação de escritos religiosos nos idiomas locais favoreceu sua difusão entre públicos que não dominavam o latim.

A expansão das publicações em línguas nacionais também se relacionava a transformações culturais mais amplas. O trabalho de tradução contribuiu para o desenvolvimento desses idiomas, como percebido pelos historiadores: “e assim as línguas nacionais, ainda em plena evolução; enriquecem-se e aperfeiçoam-se em contato com línguas antigas, graças ao trabalho de inumeráveis tradutores” (Febvre; Martin, 1992, p. 375).

Sob a perspectiva histórica, a ampliação das publicações em línguas vernáculas modificou as condições linguísticas de acesso ao conhecimento religioso. Ao reduzir a dependência do latim como idioma de transmissão, favoreceu a participação de novos públicos nas disputas interpretativas, o que aumentou o mercado consumidor, embora não tenha eliminado as desigualdades de alfabetização e de acesso aos livros.

4.8. Síntese das Transformações das Infraestruturas do Conhecimento

O Quadro 1 sintetiza as transformações das infraestruturas do conhecimento, em um recorte no campo da religião, sem considerar o humanismo renascentista e outros movimentos intelectuais, anteriores e posteriores ao início da Reforma Protestante. Na seção seguinte, examina-se em que medida essas mudanças, antecedentes ou desenvolvidas durante o processo, afetaram as estruturas de influência.

Quadro 1. Transformações das infraestruturas do conhecimento com a Reforma Protestante

Infraestrutur a	Antes da Reforma Protestante	Durante a Reforma e a Contrarreforma
----------------------------	---	---

Simbólica	Predomínio da doutrina católica como referência de legitimidade religiosa.	Intensificação das disputas doutrinárias e emergência de interpretações religiosas concorrentes.
Material	Expansão do papel e coexistência com o pergaminho, favorecendo a produção de livros menos caros.	Ampliação da utilização dos suportes materiais existentes para a reprodução de escritos confessionais.
Técnica	Reprodução manuscrita organizada e desenvolvimento da tipografia a partir do século XV.	Expansão das oficinas tipográficas e consolidação de centros editoriais reformadores, como Wittenberg e Genebra.
Institucional-organizacional	Centralidade eclesiástica, acompanhada da expansão das universidades e das atividades editoriais.	Ampliação dos centros protestantes de produção textual e reorganização católica, com destaque para os colégios jesuítas.
Econômica	Necessidade de capital, financiamento privado e participação de investidores na seleção das obras.	Expansão dos mercados confessionais, monopólios editoriais católicos e efeitos da elevação dos preços após 1550.
Circulação	Redes universitárias, agentes comerciais, feiras e livreiros responsáveis pela distribuição de livros.	Utilização dessas redes para difundir escritos reformadores, com destaque para os vendedores ambulantes e as feiras internacionais.
Linguística e comunicacional	Predomínio do latim na produção editorial, acompanhado da presença de línguas vernáculas.	Ampliação das publicações religiosas em idiomas locais e fortalecimento das línguas nacionais.

Fonte: *Elaboração própria, com base em Febvre e Martin (1992), mediante aplicação do Modelo Analítico das Estruturas de Influência (Santos, 2026).*

5. A RECONFIGURAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INFLUÊNCIA NA REFORMA PROTESTANTE

As transformações das infraestruturas do conhecimento, examinadas na seção anterior, permitem investigar seus possíveis efeitos sobre as estruturas de influência. Antes da Reforma Protestante, instituições eclesásticas, universidades e autoridades políticas exerciam diferentes formas de influência sobre a produção, a circulação e a validação do conhecimento religioso. A expansão reformadora introduziu novos agentes nessa configuração, estabelecendo disputas que envolveram tanto o reconhecimento de interpretações religiosas quanto o controle dos meios de sua difusão.

5.1. As Estruturas de Influência Antes da Reforma Protestante

Em sentido sociológico amplo, estruturas de influência correspondem ao conjunto institucional, simbólico e organizacional que, em determinado contexto histórico, exerce influência predominante sobre os modos de produção, validação e circulação do saber.

Diferentemente das infraestruturas do conhecimento, que oferecem as condições necessárias ao desenvolvimento dessas atividades, as estruturas de influência compreendem os agentes, as instituições e os mecanismos por meio dos quais determinados conhecimentos são produzidos, legitimados e difundidos socialmente.

No período anterior à Reforma Protestante, identificam-se três estruturas de influência relevantes para esta investigação: a católica, a universitária e a político-estatal. Essa classificação considera suas formas de organização, os agentes que as integravam e os mecanismos utilizados para exercer influência sobre o conhecimento. Embora mantivessem relações estreitas e frequentemente compartilhassem competências, essas estruturas apresentavam características próprias, especialmente quanto aos fundamentos de sua autoridade e aos instrumentos empregados para controlar a produção e a circulação dos textos.

A estrutura católica exercia influência por sua posição política e estava associada à autoridade doutrinária, à definição dos critérios de ortodoxia e à fiscalização das publicações. Febvre e Martin (1992, p. 340) registram que, em 1486, o arcebispo Berthold, de Mogúncia, encarregou padres e doutores de examinar livros e, posteriormente, proibiu sua publicação sem aprovação eclesiástica, sob pena de excomunhão. Em 1501, a bula *Inter multiplices*, de Alexandre VI, estabeleceu mecanismos de censura preventiva na Alemanha, delegando a autoridades episcopais o controle das impressões (Febvre; Martin, 1992, p. 342). Esses procedimentos demonstram que a influência eclesiástica se exercia tanto pela legitimidade religiosa quanto por mecanismos institucionais de autorização e sanção.

A estrutura universitária, por sua vez, exercia influência sobre a formação intelectual e a produção do conhecimento por meio da organização do ensino, da definição dos conteúdos de estudo e do estabelecimento de critérios para a utilização e a circulação dos textos acadêmicos. Embora profundamente relacionada à Igreja, possuía organização corporativa e procedimentos próprios de controle intelectual. Febvre e Martin (1992, p. 62) observam:

Para exercer um controle intelectual e econômico sobre a circulação dos livros, a universidade quisera, de fato, que as obras indispensáveis aos estudos dos mestres e dos estudantes fossem cuidadosamente verificadas em seu texto, para que nele não figurassem erros que teriam podido desnaturar o sentido.

A verificação dos manuscritos e o sistema da *pecia*, que permitia reproduzir cópias a partir de exemplares controlados, demonstram a existência de mecanismos universitários de preservação e transmissão do conhecimento. Além disso, os profissionais do livro vinculados às universidades constituíam corporações que desfrutavam de privilégios e estavam submetidas à jurisdição universitária (Febvre; Martin, 1992, p. 62). Sua classificação como estrutura de influência decorre, portanto, da capacidade de organizar a formação intelectual, estabelecer procedimentos de verificação textual e regular atividades relacionadas à circulação das obras, ainda que essas competências frequentemente se articulassem às instituições eclesiásticas.

A terceira estrutura compreendia as organizações político-estatais dos diferentes territórios, cuja influência sobre a produção e a circulação do conhecimento se manifestava especialmente pela concessão de privilégios de impressão e pela regulamentação das atividades editoriais. Febvre e Martin (1992, p. 338) apresentam exemplos dessa atuação:

Em 1483, o duque de Milão concede a Petrus Justinus de Tolentino um privilégio de cinco anos para imprimir o Convivium de Francesco Filelfo. Em breve, o Senado de Veneza adquire o hábito de também conceder privilégios. No início do século XVI, privilégios desse tipo são também concedidos na França pelo rei, pelos parlamentos, às vezes também pelos tribunais de bailiado e, na Alemanha, seja pelo imperador seja pelos poderes locais.

A diversidade de autoridades envolvidas evidencia uma atuação politicamente fragmentada, sem que se possa pressupor a existência de um controle estatal centralizado. Entretanto, a concessão de privilégios já representava uma forma de intervenção sobre as condições de publicação e exploração econômica dos textos. Diferentemente da autoridade eclesiástica, fundamentada na legitimidade doutrinária, e da universitária, associada à formação e à verificação intelectual, a influência político-estatal se apoiava em competências jurídicas e territoriais que permitiam autorizar, restringir ou favorecer determinadas atividades editoriais.

Dessa forma, antes da Reforma Protestante, a produção e a circulação do conhecimento estavam vinculadas a estruturas de influência distintas, mas inter-relacionadas. A Igreja Católica exercia predominância sobre a legitimação religiosa, as universidades organizavam importantes mecanismos de formação e controle textual, enquanto as autoridades políticas interferiam nas condições jurídicas e econômicas da publicação.

Essa configuração constitui o ponto de referência para examinar como as transformações das infraestruturas do conhecimento, anteriores e posteriores ao início da Reforma, favoreceram a

emergência de estruturas concorrentes e modificaram as relações de influência entre as instituições existentes.

5.2. Emergência e Reorganização das Estruturas de Influência Durante a Reforma Protestante

A Reforma Protestante surgiu em um contexto de tensões religiosas, políticas e institucionais que antecederam a atuação de Martinho Lutero. Segundo Collinson (2006, caps. 1–4), a insatisfação com a autoridade romana, relacionada às práticas eclesiásticas, à arrecadação de recursos e à interferência papal nos assuntos locais, constituiu um ambiente favorável à contestação religiosa. Paralelamente, o humanismo renascentista promoveu a renovação dos métodos de interpretação das Escrituras, enquanto o desenvolvimento da imprensa e sua crescente articulação com as línguas vernáculas ampliaram as possibilidades de circulação do conhecimento.

Nesse contexto, a atuação de Lutero, especialmente por meio de suas formulações teológicas e críticas às indulgências, foi decisiva para o desencadeamento da Reforma, cuja continuidade e expansão também dependeram da proteção de autoridades políticas e das disputas entre o papado, o Império e os principados alemães. Assim, a emergência e a difusão do movimento envolveram a articulação de transformações intelectuais, religiosas, comunicacionais e institucionais, sem que qualquer uma delas, isoladamente, explique o processo histórico.

Em uma abordagem a partir do Modelo Analítico das Estruturas de Influência, esse contexto histórico permite identificar relações entre a emergência da Reforma Protestante e as transformações nas

infraestruturas do conhecimento. As tensões doutrinárias e os questionamentos à autoridade eclesiástica relacionam-se à dimensão simbólica; a renovação dos estudos bíblicos, à dimensão linguística e comunicacional; e o desenvolvimento da imprensa e das redes de distribuição, às dimensões técnica e de circulação.

Também se destacam as condições institucionais e organizacionais associadas às universidades e às relações entre autoridades religiosas e políticas. Essas transformações, embora não tenham determinado o surgimento da Reforma, modificaram as condições em que diferentes agentes puderam produzir, interpretar e difundir conhecimentos religiosos, favorecendo, em determinadas circunstâncias, a reorganização das estruturas de influência existentes.

Entre essas dimensões, a infraestrutura simbólica apresenta particular relevância para compreender o surgimento da Reforma. Constituída por crenças, doutrinas, valores, representações e referenciais interpretativos, essa dimensão compreende os elementos que conferem significado ao conhecimento e orientam sua compreensão e legitimação social. A contestação de Lutero às indulgências e suas formulações sobre a salvação representaram, nesse sentido, manifestações de transformação simbólica, pois colocaram em discussão interpretações religiosas e fundamentos de autoridade anteriormente reconhecidos.

O movimento reformador pode ser examinado, assim, como um processo no qual divergências sobre o significado das Escrituras e das práticas religiosas contribuíram para a formação de novos referenciais doutrinários. Sua consolidação envolveu não apenas a

circulação de escritos, mas também a difusão, a aceitação e a reprodução social dessas interpretações.

Entretanto, a existência de questionamentos religiosos anteriores a Lutero demonstra que tais transformações simbólicas não começaram em 1517. Febvre e Martin (1992, p. 290) registram que a morte de Jan Hus, em 1415, foi seguida por prolongados conflitos religiosos e políticos, mencionando também a permanência das polêmicas hussitas durante o século XV. Os autores identificam, ainda, a influência dos Irmãos da Boêmia em diferentes cidades da região (Febvre; Martin, 1992, p. 293). Essas evidências indicam a existência de movimentos de contestação religiosa anteriores à Reforma luterana, cujas interpretações e práticas encontraram diferentes condições de continuidade e circulação.

Outro exemplo encontra-se na renovação dos estudos bíblicos promovida pelos humanistas. Febvre e Martin (1992, p. 364-365) interpretam que: “ao mesmo tempo, sob a ação de Erasmo, de Lefèvre e de seus amigos, toda uma literatura começava a se constituir em torno dos textos sagrados.”

A formação dessa literatura evidencia a existência de iniciativas intelectuais voltadas à investigação e à interpretação dos textos religiosos antes da consolidação da Reforma. A atuação de Erasmo também demonstra como essas iniciativas se articulavam às condições editoriais disponíveis. Febvre e Martin (1992, p. 252) descrevem a organização de uma rede europeia de agentes responsáveis pela distribuição de suas obras, enquanto os dados apresentados sobre as sucessivas edições dos *Adágios* e dos *Colóquios* revelam a amplitude alcançada por sua produção intelectual (Febvre; Martin, 1992, p. 376). Desse modo,

transformações nos referenciais interpretativos e nas práticas de estudo dos textos sagrados coexistiam com mecanismos de produção e circulação capazes de ampliar sua presença no ambiente intelectual europeu.

A utilização das línguas vernáculas constitui outra evidência de transformações anteriores à Reforma. Febvre e Martin (1992, p. 347) identificam, entre as publicações do século XV, diversas traduções integrais da Bíblia, incluindo onze em alemão, três em baixo-alemão e quatro em italiano, além de versões em outras línguas e numerosas traduções parciais. A existência dessas publicações demonstra que o acesso aos textos sagrados em línguas diferentes do latim não foi inaugurado pelos reformadores, mas fazia parte de uma demanda social. Durante a Reforma, entretanto, essa possibilidade passou a integrar um esforço sistemático de difusão religiosa, orientado a colocar os textos sagrados ao alcance dos fiéis em suas próprias línguas (Febvre; Martin, 1992, p. 395). A articulação entre as dimensões simbólica, linguística, técnica e de circulação ampliou, assim, as condições de difusão de interpretações religiosas concorrentes.

A relação entre essas transformações e a emergência de uma estrutura protestante de influência pode ser observada em Wittenberg. Febvre e Martin (1992, p. 283) registram que a universidade havia sido estabelecida em 1502, atraindo posteriormente o impressor Johann Rhau-Grünenberg, responsável pela publicação dos primeiros escritos de Lutero, em 1516, e possivelmente de suas teses sobre as indulgências, em 1517. A sequência demonstra que condições institucionais e técnicas anteriores à Reforma foram mobilizadas na difusão das ideias reformadoras.

Posteriormente, em Genebra, Calvino também participou da formação de um centro editorial que atraiu impressores e profissionais do livro (Febvre; Martin, 1992, p. 284). Esses exemplos evidenciam a articulação entre lideranças religiosas, instituições intelectuais, oficinas tipográficas e redes de circulação na constituição de uma estrutura protestante de influência.

Essa nova estrutura não surgiu pela simples substituição das instituições existentes. Sua formação ocorreu mediante a atuação de reformadores, teólogos, impressores, livreiros, comunidades religiosas e autoridades políticas que, em diferentes circunstâncias, contribuíram para a produção, a organização e a difusão das interpretações protestantes. Ao mesmo tempo, a estrutura católica reorganizou mecanismos de ensino, publicação e controle doutrinário, especialmente no contexto da Contrarreforma, enquanto universidades e poderes políticos passaram a participar de relações confessionais mais diversificadas.

A Reforma pode ser compreendida, portanto, como um processo histórico no qual transformações nas infraestruturas do conhecimento estiveram associadas à emergência de uma estrutura concorrente e à reorganização das estruturas anteriormente estabelecidas.

A formação e a consolidação dessas estruturas também modificaram as condições de reconhecimento daqueles que reivindicavam competência para interpretar e transmitir o conhecimento religioso. A distinção entre a reorganização das estruturas de influência e a possível reconfiguração das autoridades epistêmicas, entretanto, exige uma análise específica, desenvolvida na seção seguinte.

6. A RECONFIGURAÇÃO DAS AUTORIDADES EPISTÊMICAS NA REFORMA PROTESTANTE

No Modelo Analítico das Estruturas de Influência, as autoridades epistêmicas correspondem aos agentes e às instâncias socialmente reconhecidos como legítimos para produzir, interpretar e validar conhecimentos em determinado contexto histórico. Esse reconhecimento pode decorrer de competências institucionalmente atribuídas ou da legitimidade conferida por determinados grupos e comunidades. As estruturas de influência, por sua vez, podem contribuir para a manutenção, o reconhecimento ou a reconfiguração dessas autoridades, sem que toda redistribuição de competências represente necessariamente uma transformação estrutural.

Antes da Reforma Protestante, a estrutura católica reunia diferentes autoridades epistêmicas, entre as quais se destacavam o papado, os concílios, os bispos e os teólogos reconhecidos. Os papas Inocêncio VIII, Alexandre VI e Leão X, assim como o arcebispo Berthold, de Mogúncia, exemplificam o exercício de competências relacionadas à aprovação e ao controle de publicações religiosas. Febvre e Martin (1992, p. 342) escrevem também sobre esse tipo de competência:

Ainda em 1515, Leão X, no Concílio de Latrão, proíbe que um livro seja impresso sem a autorização das autoridades eclesiásticas: em Roma, o Vigário pontifício ou o Mestre do Sagrado Palácio, em outro lugar, o bispo, o inquisidor geral ou os examinadores delegados por eles.

A passagem traz evidências da existência de diferentes autoridades com competências de avaliação e aprovação, distribuídas no interior

da estrutura católica. Na estrutura universitária, mestres e doutores exerciam funções relacionadas ao ensino, à interpretação e à verificação dos textos acadêmicos. O sistema de controle textual descrito por Febvre e Martin (1992, p. 62) demonstra que a validação do conhecimento também estava associada a procedimentos e competências reconhecidos no ambiente universitário.

A estrutura político-estatal, por sua vez, exercia influência sobre a produção e a circulação do conhecimento por meio de autoridades responsáveis pela concessão de privilégios e pela regulamentação das publicações. Entretanto, é necessário distinguir a competência política para autorizar uma impressão da autoridade epistêmica para avaliar seu conteúdo. Essa relação aparece com maior clareza no controle editorial francês, em que a concessão de privilégios dependia da avaliação de censores, como mencionado pelos autores:

A decisão que toma em 1563, de somente autorizar a impressão de um livro se um privilégio lhe tivesse sido outorgado, permite-lhe controlar, doravante, toda nova publicação, pois os privilégios, evidentemente, só eram concedidos após a opinião dos censores, que foram a princípio doutores da Sorbonne e depois, no século XVII, leigos (Febvre; Martin, 1992, p. 343).

Nesse caso, a estrutura político-estatal mobilizava autoridades responsáveis pela avaliação das publicações, inicialmente vinculadas ao ambiente universitário e posteriormente substituídas por agentes leigos. O exemplo demonstra que uma estrutura de influência podia contribuir para a redistribuição de competências de validação entre diferentes agentes, sem que essa alteração implicasse, por si só, o surgimento de uma nova estrutura.

Com a Reforma Protestante, surgiram novas referências de autoridade epistêmica, entre as quais se destacaram Martinho Lutero, Filipe Melanchton e João Calvino. O reconhecimento desses reformadores esteve associado à formação de comunidades que acolheram suas interpretações religiosas e ao desenvolvimento de ambientes institucionais capazes de sustentar sua atuação. Em Wittenberg, a universidade e a atividade editorial favoreceram a publicação e a circulação dos escritos de Lutero desde 1516. Em Genebra, Calvino organizou um centro editorial que atraiu impressores e ampliou as condições de difusão de suas formulações doutrinárias (Febvre; Martin, 1992, p. 283, 284).

Essas evidências permitem identificar condições institucionais e materiais favoráveis à projeção dos reformadores. Embora a obra de Febvre e Martin não examine sistematicamente os mecanismos de reconhecimento comunitário dessas autoridades, a consolidação da estrutura protestante pode ser interpretada como um processo que contribuiu para legitimar novos intérpretes religiosos perante comunidades que já não subordinavam esse reconhecimento à aprovação das autoridades católicas, que atuavam de forma paralela.

As autoridades católicas, entretanto, permaneceram atuantes após a Reforma Protestante. O Concílio de Trento reafirmou a competência da Igreja Católica para definir e validar os textos utilizados nas celebrações religiosas, determinando a revisão e a padronização dos livros litúrgicos conforme as normas estabelecidas pela Igreja de Roma (Febvre; Martin, 1992, p. 284).

A reconfiguração das autoridades epistêmicas ocorreu, portanto, de maneira diferenciada. Na estrutura católica, permaneceram autoridades anteriormente reconhecidas, enquanto seus

mecanismos de validação foram reafirmados. Na estrutura universitária, a diversificação confessional criou condições para a atuação de intérpretes vinculados a diferentes orientações religiosas. Na estrutura político-estatal, a atribuição de competências a censores demonstra a possibilidade de redistribuição das funções de avaliação. Já a consolidação da estrutura protestante contribuiu para o reconhecimento de reformadores como Lutero, Melanchton e Calvino, cuja legitimidade passou a ser sustentada por comunidades e ambientes institucionais distintos daqueles vinculados à autoridade católica.

Dessa forma, a Reforma Protestante não produziu a substituição integral das autoridades epistêmicas existentes, mas sua diversificação e a reorganização das relações de reconhecimento e validação do conhecimento religioso. A análise evidencia que as estruturas de influência podem contribuir tanto para a manutenção de autoridades epistêmicas estabelecidas, para o reconhecimento de novos intérpretes ou redistribuição de competências entre agentes, constituindo uma das dimensões de reconfiguração prevista pelo modelo.

7. SÍNTESE SOCIOLÓGICA E IMPACTOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS

Sob uma perspectiva sociológica, as transformações apresentadas nas seções anteriores permitem observar repercussões que ultrapassaram o campo religioso e alcançaram diferentes dimensões da organização social. No âmbito jurídico, estudos especializados identificam mudanças expressivas nas instituições, nas competências jurisdicionais, nos fundamentos de legitimação das normas e nas relações entre autoridades políticas e eclesiásticas. Os

exemplos a seguir representam apenas alguns dos reflexos desse processo histórico, cuja extensão não poderia ser examinada integralmente neste estudo.

Entre as transformações identificadas na Reforma Luterana, destacam-se a contestação da autoridade do Direito canônico, o fechamento de tribunais eclesiásticos em territórios reformados e a transferência de competências legislativas e jurisdicionais para magistrados civis. A doutrina dos dois reinos também contribuiu para redefinir as relações entre Igreja, família e Estado, atribuindo às autoridades políticas responsabilidades ampliadas pela regulamentação da vida social (Witte Jr., 2016, p. 54, 60). Essas mudanças alcançaram diretamente o Direito de Família, com a redefinição do casamento como instituição da ordem temporal, a redução de impedimentos matrimoniais, a reformulação dos requisitos de consentimento, a admissão de determinadas hipóteses de divórcio e novo casamento, além da regulamentação civil de questões relacionadas à guarda dos filhos, à propriedade familiar e à herança (Witte Jr., 2016, p. 65-66).

As transformações alcançaram várias instituições jurídicas, a partir de uma nova visão de mundo, e reconfiguraram a organização social. Como explica o autor: “as reformas teológicas radicais haviam possibilitado reformas jurídicas fundamentais. As reformas jurídicas fundamentais, por sua vez, tornariam concretas as reformas teológicas radicais” (Witte Jr., 2016, p. 52, tradução nossa).

No campo educacional, a reorganização das escolas e universidades foi acompanhada pela ampliação das responsabilidades dos magistrados territoriais, pela defesa da escolarização de meninos e meninas, pela reformulação dos currículos e pela valorização do

ensino em língua vernácula. A legislação civil também passou a exercer papel predominante na regulamentação educacional, anteriormente vinculada ao Direito canônico (Witte Jr., 2016, p. 67). Na produção jurídica, ampliou-se a atuação de magistrados e juristas na elaboração e aplicação das normas. Na concepção luterana, essa atuação deveria ser orientada pelo direito natural, articulando fé, razão e tradição jurídica, com observância da equidade na aplicação das leis (Witte Jr., 2016, p. 61, 63-64).

Na Inglaterra, a afirmação da supremacia real sobre a Igreja representou outra importante transformação institucional, acompanhada pela ampliação das competências da Coroa e pela participação do Parlamento na reorganização da ordem eclesiástica. As discussões sobre a regulamentação das *adiaphora*, matérias consideradas religiosamente indiferentes, evidenciaram disputas acerca da legitimidade das autoridades políticas para estabelecer obrigações em questões não expressamente determinadas pelas Escrituras (Dominiak, 2022, p. 87-89). No pensamento calvinista, por sua vez, destacaram-se discussões sobre a organização das instituições religiosas, as relações entre Igreja e Estado, os limites da autoridade política e o direito de resistência, com grandes repercussões sobre o pensamento jurídico europeu (Hamza, 2024, p. 109-111).

Esses exemplos permitem observar que as transformações jurídicas não se limitaram à substituição de normas, envolvendo também a reorganização das instituições responsáveis por sua elaboração, interpretação e aplicação. Particularmente expressivo foi o fortalecimento das autoridades políticas em determinados territórios reformados, acompanhado pela consolidação de novas instituições religiosas e por diferentes formas de cooperação entre

magistrados, juristas e teólogos. A contestação da autoridade eclesiástica tradicional, portanto, não resultou simplesmente em sua substituição por uma autoridade protestante equivalente, mas em uma redistribuição mais ampla de competências e relações de influência.

À luz do modelo analítico proposto, esse conjunto de transformações evidencia a relevância das mudanças na infraestrutura simbólica do conhecimento, especialmente nos fundamentos de interpretação das Escrituras, dos dogmas e das práticas religiosas, o que naturalmente provocou uma nova visão de mundo na sociedade. A contestação desses fundamentos esteve associada à reorganização das estruturas de influência, com repercussões sobre a estrutura política e a emergência de estruturas religiosas protestantes concorrentes. Simultaneamente, novas condições institucionais favoreceram o reconhecimento de reformadores, teólogos, juristas e outras instâncias de interpretação e validação do conhecimento, indicando processos de reconfiguração das autoridades epistêmicas.

As repercussões jurídicas examinadas representam, assim, apenas uma dimensão de um processo histórico mais amplo, no qual transformações simbólicas se relacionaram com mudanças institucionais, políticas e educacionais, inclusive com a reorganização de outras infraestruturas do conhecimento. O aprofundamento dessas relações, de seus mecanismos e de suas consequências sociais demanda investigações específicas, constituindo uma possibilidade de desenvolvimento e aplicação posterior do Modelo Analítico das Estruturas de Influência.

As transformações examinadas evidenciam que as mudanças nas infraestruturas do conhecimento estiveram associadas à emergência de estruturas protestantes, à reorganização da estrutura católica e ao fortalecimento político-estatal. Esse processo também favoreceu a reconfiguração das autoridades epistêmicas, com repercussões jurídicas e institucionais significativas. O Quadro 2 sistematiza essas relações à luz do modelo analítico proposto, cujo aprofundamento poderá ser desenvolvido em estudos posteriores.

Quadro 2. Transformações nas infraestruturas do conhecimento e suas repercussões sobre as estruturas de influência, autoridades epistêmicas e instituições jurídicas durante a Reforma Protestante

Dimensão	Transformações nas infraestruturas do conhecimento	Repercussões sobre as estruturas de influência	Reconfiguração das autoridades epistêmicas	Repercussões jurídicas
Simbólica	Contestação da interpretação católica dos dogmas, das práticas religiosas e das Escrituras; emergência de interpretações confessionais concorrentes.	A contestação dos fundamentos tradicionais de legitimidade favoreceu a emergência das estruturas protestantes, a reorganização da estrutura católica e a ampliação	Reformadores e teólogos protestantes passaram a ser reconhecidos como intérpretes legítimos das Escrituras em suas comunidades. Papado, concílios, episcopado e teólogos católicos conservaram	Contestação da autoridade do Direito canônico; reformulação dos fundamentos de legitimação das normas; redefinição das relações entre Igreja, família e Estado.

		da influência político-estatal na regulamentação da vida religiosa.	suas funções de interpretação e validação no âmbito católico.	
Material	Maior disponibilidade de papel e ampliação da produção de livros e outros impressos religiosos.	A expansão dos suportes materiais favoreceu a difusão de conhecimentos pelas estruturas católica e protestantes e ampliou os meios disponíveis à estrutura político-estatal para divulgar suas normas e decisões.	A maior disponibilidade de textos ampliou o alcance das interpretações de autoridades já reconhecidas e favoreceu a circulação das formulações dos reformadores, sem conferir autoridade automaticamente aos produtores de impressos.	Maior disponibilidade e circulação de textos jurídicos, legislação e decisões judiciais.
Técnica	Expansão da tipografia e multiplicação das oficinas de impressão, incluindo centros como Wittenberg e Genebra.	A capacidade de reprodução textual favoreceu a expansão das estruturas protestantes, a reorganização da estrutura	A reprodução de escritos ampliou o alcance dos reformadores e teólogos. Impressores e editores adquiriram importância na difusão do conhecimento, sem necessariamente	Ampliação, em determinados territórios, do controle jurídico da atividade tipográfica, com exigências de autorização prévia e

		católica e o fortalecimento da estrutura político-estatal na produção e divulgação de atos normativos.	nte exercer funções de validação epistêmica.	fiscalização das publicações.
Institucional-organizacional	Reorganização de escolas, universidades, instituições religiosas e centros de produção e conservação do conhecimento; formação de instituições confessionais concorrentes.	As mudanças institucionais favoreceram a consolidação das estruturas protestantes, a reorganização da estrutura católica e o fortalecimento da estrutura político-estatal, que ampliou sua atuação sobre a educação, a legislação e a jurisdição.	Novas instituições passaram a formar, reconhecer e conferir legitimidade a teólogos, professores e intérpretes confessionais. Instituições católicas preservaram e reorganizaram seus próprios mecanismos de validação. Novas autoridades epistêmicas emergiram no campo político-estatal.	Redistribuição de competências legislativas e jurisdicionais; fechamento de tribunais eclesiásticos em determinados territórios; reorganização de escolas e universidades; ampliação das atribuições dos magistrados civis.
Econômica	Expansão do mercado editorial, financiamento de	Os recursos econômicos condicionaram a capacidade	O financiamento e os privilégios ampliaram	Regime jurídico de privilégios reais, impressão

	publicações, concessão de privilégios de impressão e emergência do ofício de autor.	de difusão das estruturas confessionais , enquanto a estrutura político-estatal ampliou sua influência por meio da concessão de privilégios e da regulamentação das atividades editoriais.	ou limitaram a circulação de determinadas interpretações, influenciando as condições de reconhecimento de seus autores, sem constituírem isoladamente fonte de legitimidade epistêmica.	regulado em certa autorização soberana; regulamentação das atividades editoriais e da concorrência; e emergência dos direitos do autor.
Circulação	Ampliação do uso de feiras, redes comerciais e vendedores ambulantes para distribuir livros, panfletos e escritos confessionais.	A utilização dessas redes favoreceu a expansão territorial das estruturas protestantes, a circulação das respostas católicas e a ampliação da atuação político-estatal na divulgação e regulamentação da circulação de escritos.	A circulação para além dos centros tradicionais ampliou o público alcançado pelos reformadores e contribuiu para o reconhecimento de suas interpretações em diferentes comunidades religiosas.	Circulação mais ampla de legislação, escritos jurídicos e interpretações concorrentes do Direito.

Linguística e comunicacional	Ampliação das traduções e publicações em línguas vernáculas, tornando os textos religiosos acessíveis a públicos anteriormente dependentes de maior mediação linguística.	A utilização das línguas vernáculas favoreceu a expansão das estruturas protestantes, a reorganização das práticas comunicacionais católicas e o fortalecimento da estrutura político-estatal na difusão de normas e no incentivo às línguas nacionais.	A maior acessibilidade e das Escrituras modificou as condições de mediação do conhecimento religioso e favoreceu o reconhecimento de tradutores, pregadores e teólogos reformados como intérpretes autorizados, sem eliminar a necessidade de interpretação.	Valorização do ensino em língua vernácula; reformulação das instituições educacionais e ampliação da regulamentação civil do ensino.
Síntese geral	Transformações inter-relacionadas nas condições simbólicas, materiais, técnicas, institucionais, econômicas, circulatórias e linguísticas de produção,	As mudanças favoreceram a emergência e a consolidação de estruturas protestantes concorrentes, a reorganização da estrutura católica e o fortalecimento	Pluralização das instâncias de interpretação e validação do conhecimento religioso, paralelamente à permanência e reorganização das autoridades católicas. Autoridades	Redistribuição de competências jurídicas; reformulação do Direito de Família, especialmente casamento e divórcio; reorganização educacional; fortalecimento da atuação

	validação e difusão do conhecimento.	progressivo da estrutura político-estatal, que ampliou sua influência sobre instituições religiosas, educação, produção normativa e jurisdição.	epistêmicas emergiram da estrutura político-estatal e adquiriram competências para a produção e validação de conhecimentos em matérias anteriormente submetidas à autoridade eclesiástica católica.	legislativa e jurisdicional das autoridades políticas.
--	--------------------------------------	---	---	--

Fonte: elaboração própria, com base em Febvre e Martin (1992), Witte Jr. (2016), Dominiak (2022) e Hamza (2024). As relações entre infraestruturas do conhecimento, estruturas de influência e autoridades epistêmicas constituem interpretação analítica desenvolvida neste estudo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou desenvolver o Modelo Analítico das Estruturas de Influência, estabelecendo relações entre as infraestruturas do conhecimento, as estruturas de influência e as autoridades epistêmicas. Sua proposição central é que “transformações nas infraestruturas do conhecimento tendem a afetar as estruturas de influência e podem contribuir para a reconfiguração das autoridades epistêmicas.”

A análise histórica da Reforma Protestante permitiu identificar transformações nas infraestruturas simbólica, material, técnica, institucional, econômica, circulatória e linguísticas de produção, validação e difusão do conhecimento. Essas mudanças estiveram associadas à emergência de estruturas protestantes concorrentes, à reorganização da estrutura católica e ao fortalecimento progressivo da estrutura político-estatal.

Observou-se, igualmente, a reconfiguração das autoridades epistêmicas, tanto pelo reconhecimento de novos intérpretes e instâncias confessionais quanto pela ampliação das competências de autoridades político-estatais sobre matérias anteriormente submetidas à autoridade eclesiástica católica. As repercussões alcançaram diferentes campos da organização social, especialmente o Direito, a educação e as relações institucionais de poder.

Os resultados não permitem estabelecer relações causais uniformes entre as transformações identificadas, tampouco pressupõem que seus efeitos tenham ocorrido de maneira simultânea ou equivalente nos diferentes territórios reformados. A análise, contudo, oferece elementos históricos para sustentar a pertinência da proposição apresentada e demonstrar suas possibilidades de aplicação.

O aprofundamento dessas relações, mediante investigações históricas e empíricas específicas, poderá contribuir para o desenvolvimento do modelo e para sua aplicação a outros contextos de transformação das condições de produção e legitimação do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINSON, Patrick. **The Reformation: a history**. New York: Modern Library, 2006.

DOMINIAK, Paul. 'All things are lawful': adiaphora, permissive natural law, Christian freedom, and defending the English Reformation. **Perichoresis**, v. 20, n. 2, p. 75–103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/perc-2022-0011>. Acesso em: 11 out. 2026.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Hucitec, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

HAMZA, Gábor. A kálvinizmus hatása az európai jogi gondolkodásra és jogtudományra. **Polgári Szemle**, v. 20, n. 1–3, p. 106–111, 2024. Disponível em: https://real.mtak.hu/203749/1/PSZ_2024_0809.pdf. Acesso em: 11 out. 2026.

REINERT, Regina Paulista Fernandes. **Sociologia geral e jurídica**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

SANTOS, Fabrício Santana Oliveira; GLAVAM, Rafael Bianchini; SOUZA, João Artur de. Mudanças nas crenças e impactos nas instituições: uma análise das infraestruturas do conhecimento e estruturas de influência em “A cidade antiga”, de Fustel de Coulanges. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 1–30, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790306728>. Acesso em: 11 out. 2026.

SANTOS, Fabrício Santana Oliveira. História do conhecimento e inteligência artificial: uma abordagem histórica e sociológica das estruturas de influência na era algorítmica. **Remunom**, v. 13, n. 11, p. 1–25, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.66104/7qztyx41>. Acesso em: 11 out. 2026.

WITTE JR., John. From **Gospel to Law: The Lutheran Reformation and Its Impact on Legal Culture**. In: HOWARD, Thomas Albert; NOLL, Mark A. (org.). *Protestantism after 500 years*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 52–74.

¹ Doutorando em Direito pela UniChristian (International Christian University - Orlando/EUA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Pós- doutorando no Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)